

Prática pedagógica para a aprendizagem significativa: foco na educação inclusiva

Pedagogical practice for meaningful learning: a focus on inclusive education

Luzia Fernanda dos Santos Moraes

draluzfm7@yahoo.com.br

Faculdade Campus Eliseos, Brasil

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a importância da prática pedagógica para a promoção da aprendizagem significativa na educação inclusiva. A inclusão escolar busca garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, independentemente de suas características individuais, em um ambiente educacional diversificado e igualitário. Nesse contexto, a prática pedagógica adequada torna-se essencial para o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, considerando suas necessidades específicas.

Palavras-chave: Aprendizagem Educativa, Educação, Inclusão.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the importance of pedagogical practice in promoting meaningful learning in inclusive education. School inclusion seeks to guarantee access and permanence for all students, regardless of their individual characteristics, in a diverse and equal educational environment. In this context, appropriate pedagogical practice becomes essential for the full development of all students, taking into account their specific needs.

Keywords: Educational Learning, Education, Inclusion.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um desafio constante para educadores e gestores da área da educação. A aprendizagem significativa é um princípio fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, pois visa criar conexões significativas entre o novo conhecimento e o conhecimento prévio do aluno. Nesse sentido, a prática pedagógica deve ser adaptada e diversificada, levando em consideração as múltiplas formas de aprender e as necessidades individuais dos estudantes, visando promover uma educação inclusiva e de qualidade?

Esperamos que o presente trabalho ao estimular a reflexão, a crítica e o desenvolvimento dessa pesquisa possa de forma indireta ou até direta contribuir no campo pedagógico, científico e tecnológico para conhecimento dos alunos de Sociologia, Pedagogia e da Sociedade em geral.

Salientamos, ainda, que o tema escolhido tem extrema importância, uma vez que se trata de uma questão de relevância social e equânime a todos.

Temos como objetivo específico analisar as questões recorrentes ao tema da inclusão, no âmbito das desigualdades em todo seu alcance.

Assim buscaremos traçar sob a ótica de outros autores que já se debruçaram sobre o assunto, conceitos e fundamentos com o condão de fazer conhecidos alguns pontos principais da legislação aplicada à combater as desigualdades e colaborar para a inclusão.

No desenvolvimento trataremos na primeira parte do nosso trabalho uma abordagem sobre Educação inclusiva: conceito e princípios, definição de educação inclusiva, assim como a importância da inclusão escolar na formação do cidadão e os princípios norteadores da educação inclusiva.

No segundo subtítulo trataremos dos princípios norteadores da educação inclusiva e aprendizagem significativa: fundamentos e estratégias, conceito e características da aprendizagem significativa, teorias da aprendizagem significativa e as estratégias de ensino para a promoção da aprendizagem significativa.

Na terceira parte do nosso trabalho trataremos das questões pertinentes à Prática pedagógica para a aprendizagem

significativa na educação inclusiva, assim como faremos uma abordagem sobre os desafios e superações na prática pedagógica inclusiva.

E por fim a conclusão e a referência bibliográfica consultada e estudada para que pudéssemos efetivar o presente trabalho de conclusão do curso de Sociologia.

Para a nossa metodologia utilizaremos o método hipotético- dedutivo, que segundo Lakato, é o método “ que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses, e pelo processo de inferência dedutiva testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese”.

Ainda entendemos ser possível utilizar também o método dedutivo que segundo a mesma autora é o método que “partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares, ou seja, conexão descendente”.

Será qualitativa a nossa pesquisa, uma vez que, partindo do entendimento destes conceitos nos utilizaremos de material bibliográficos, tais como livros, revistas, teses e dissertações sobre o assunto aqui abordado, além de consulta em sites tais como: site do Planalto para a consulta de legislações, Google acadêmico e Capes, dentre outros, para que possamos através das leituras, assim nos nortear e desenvolver o nosso trabalho, que na sequência passamos a explanação.

DESENVOLVIMENTO

Educação inclusiva: conceito e princípios

Como afirma Pinto (2008), o modelo de escola predominante na contemporaneidade tem sua gênese identitária nas escolas que constituíram, a partir do século XIX, os sistemas públicos de ensino na Europa.

A implantação das redes de ensino público é uma decorrência histórica; o ideário moderno de construção de uma outra ordem social implicava na formação de um novo homem – a transformação dos súditos em cidadãos.

Assim, a escolarização passa a ter um papel fundamental para a construção de uma sociedade.

De acordo com Carvalho o princípio geral é o da igualdade de direitos a oportunidades, isto é, ao direito igual de cada um de ingressar na escola e, nela, exercitar sua cidadania, aprendendo e participando. Na medida em que, atendendo a todos e a cada um, buscamos aprimorar as respostas educativas.

A igualdade de oportunidades é uma outra expressão que merece nossas reflexões, particularmente porque consta de mandamentos legais e dos documentos nacionais e internacionais que nos apontam diretrizes para a educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca¹ sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais alerta que “uma alta percentagem de deficiência constitui resultado direto da falta de informação, pobreza e baixos padrões de saúde” (BRASIL, 1994, p.46)

E o evento de Salamanca, em 1994, de certo modo ocorreu para evidenciar a exclusão da inclusão das necessidades educacionais especiais de tantos e tantos alunos que precisam, definitivamente, constar das políticas educacionais e das práticas pedagógicas de todas as escolas. Não por apelos sentimentais, por respeito às diferenças e muito menos por tolerância. O Ministério da Educação, através das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, esclarece que:

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida apenas ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, físico-motoras e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. Hoje (...) a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger (...) dificuldades de aprendizagem relacionadas à (...) dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento (...) como (...) a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, de comportamento; e ainda fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional (BRASIL, 2001, p. 43-44)

Portanto, a definição de educação inclusiva, segundo o Ministério da Educação, escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

¹ A Declaração de Salamanca é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. Adotada em Assembleia Geral, apresenta os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Fonte: [Wikipédia](#).

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação.

Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.

Em 2003, o Brasil começa a construir um novo tempo para transformar essa realidade. O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, assume o compromisso de apoiar os estados e municípios na sua tarefa de fazer com que as escolas brasileiras se tornem inclusivas, democráticas e de qualidade. Este compromisso se concretiza com a implementação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Temos por objetivo compartilhar novos conceitos, informações e metodologias - no âmbito da gestão e também da relação pedagógica em todos os estados brasileiros. Estes Referenciais que acompanham o programa se constituem em importantes subsídios que abordam o planejamento da gestão da educação. Os textos apresentam a gestão sob diferentes enfoques: o papel do município, o papel da escola e o papel da família, desenvolvidos a partir de uma fundamentação filosófica que afirma uma concepção da educação especial tendo como pressuposto os direitos humanos. (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2004, p.4)

No que tange sobre a importância da inclusão escolar na formação do cidadão, temos na concepção de Silva (2019), o qual, nos aponta que a educação inclusiva se impõe diante do fracasso escolar e exige da escola uma postura pedagógica fundada no respeito às diferenças sociais, culturais econômicas e pessoais e cobra da escola respostas educacionais através de currículos flexíveis adaptados e emprego de recursos didáticos tecnológicos que favoreçam e potencializem o aprender e, professores bem instrumentalizados para mediar a aprendizagem.

Ainda segundo as palavras da autora, a proposta de educação inclusiva efetiva-se prioritariamente através de turmas mistas, na qual todos os alunos, com ou sem necessidades especiais, devem estar inseridos em uma mesma turma.

Integração esta, pilar central deste novo modelo de educação é ao mesmo tempo, o cerne das principais polêmicas, dificuldades e resistência para sua implantação. Parece difícil compreender que a escola deve ser igual para todos e diferente para cada um.

Importante destacar, a educação inclusiva, embora trate prioritariamente de crianças, não se refere somente a elas, mas de todos, jovens e adultos. Pela histórica prática de exclusão, em nosso país temos um grande contingente de jovens e adultos analfabetos ou analfabetos funcionais que demandam oportunidade de reinserção na escola.

Escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

A educação inclusiva pressupõe a participação coletiva na decisão das questões da sala de aula e da instituição escolar bem como a necessária flexibilidade na utilização dos recursos institucionais, humanos e materiais.

A possibilidade de o professor poder contar com o apoio dos colegas e de outros profissionais, de repensar a estratégia de aula, de rever o plano de ensino e de contar com a participação dos alunos e sua contribuição na resolução das questões específicas que se apresentarem é de importância fundamental numa proposta educacional voltada para a inclusão.

Mesmo considerando a especificidade das disciplinas, pode-se partir do pressuposto que todos os professores necessitam de um apoio institucional para realizar tais flexibilizações e mudanças, e, nesse sentido, é fundamental que os objetivos ligados a cada curso nas IES estejam claros a todos aqueles que participam do seu desenvolvimento.

Princípios norteadores da educação inclusiva

O princípio básico da educação inclusiva deriva do direito de acesso à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988.

Sob a ótica da mudança, as ações da educação especial também devem ser ressignificadas como um conjunto de serviços e de recursos de apoio, orientados para a educação regular, em benefício de todos os aprendizes.

A inclusão educacional exige que expliquemos as dificuldades escolares não só tendo os alunos como focos, mas considerando-se as limitações existentes em nossos sistemas de ensino e em nossas escolas.

O desafio implica numa nova visão de necessidades educacionais especiais que, além das dos alunos, traduzem-se por necessidades das escolas, dos professores e de todos os recursos humanos que nelas trabalham.

A partir desse entendimento elucidamos a aprendizagem significativa, seus fundamentos e estratégias, sendo importante tomarmos conhecimento do conceito e características da aprendizagem significativa, assim como das teorias da aprendizagem significativa, para que se tenha uma prática construtiva das estratégias de ensino para a promoção da aprendizagem significativa.

Para Ponte Neto (2006), a teoria da aprendizagem significativa é uma teoria voltada para a explicação de como

ocorre a aprendizagem de corpus organizados de conhecimento que caracterizam a aprendizagem cognitiva em contexto escolar. Assim, o autor dispõe:

Para Ausubel (AUSUBEL² et al., 1980, trad.), a ocorrência da aprendizagem significativa pressupõe: disposição da parte do aluno em relacionar o material a ser aprendido de modo substantivo e não arbitrário a sua estrutura cognitiva, presença de ideias relevantes na estrutura cognitiva do aluno, e material potencialmente significativo. O primeiro pressuposto implica que, mesmo que o material de aprendizagem possa se relacionar a ideias da estrutura cognitiva do aluno (subsunções), substantiva e não arbitrariamente, não haverá aprendizagem significativa, se houver o propósito de memorizar *ipsis litteris* e arbitrariamente as partes componentes desse material, em vez de se procurar aprendê-lo significativamente. O segundo pressuposto requer que o aluno possua, de fato, essas ideias subsunções na sua estrutura cognitiva, a fim de que possa relacionar, de forma substantiva e não arbitrária o novo conteúdo àquilo que já conhece. Finalmente, a aprendizagem significativa pressupõe material de aprendizagem potencialmente significativo, a saber, um material que possa ser relacionado à estrutura cognitiva em bases substantivas e não arbitrárias. Assim, um material ou tarefa de aprendizagem para ser potencialmente significativo depende da sua própria natureza e da natureza da estrutura cognitiva particular do aluno. (NETO, p.2)

Isto posto, vale esclarecer que a aprendizagem significativa ou a emergência do significado psicológico, depende, no caso de haver disposição por parte do aluno de efetivá-la, da estrutura cognitiva desse aluno, do material que se quer aprender e do relacionamento entre essa estrutura cognitiva particular e o material de aprendizagem.

A educação inclusiva pressupõe a participação coletiva na decisão das questões da sala de aula e da instituição escolar bem como a necessária flexibilidade na utilização dos recursos institucionais, humanos e materiais.

A possibilidade de o professor poder contar com o apoio dos colegas e de outros profissionais, de repensar a estratégia de aula, de rever o plano de ensino e de contar com a participação dos alunos e sua contribuição na resolução das questões específicas que se apresentarem é de importância fundamental numa proposta educacional voltada para a inclusão.

Mesmo considerando a especificidade das disciplinas, pode-se partir do pressuposto que todos os professores necessitam de um apoio institucional para realizar tais flexibilizações e mudanças, e, nesse sentido, é fundamental que os objetivos ligados a cada curso estejam claros a todos aqueles que participam do seu desenvolvimento.

Prática pedagógica para a aprendizagem significativa na educação inclusiva

Nesse contexto vislumbramos a importância no desenvolvimento de práticas pedagógicas adaptadas e diversificadas para o atendimento às necessidades individuais dos estudantes e do planejamento da avaliação formativa.

Para Moraes (2022)

A inclusão social e a integração sócio-econômica completas são processos estruturais que dependem de mudança na mentalidade social. Um conjunto amplo da sociedade precisa reconhecer e praticar os preceitos da democracia liberal de forma a criar possibilidades de eliminação das desigualdades extremas e históricas. (MALHEIRO, p. 226)

No mesmo contexto Moreira (2006) nos esclarece:

Sabemos que a aprendizagem significativa caracteriza-se pela interação entre o novo conhecimento e o conhecimento prévio. Nesse processo, que é não literal e não-arbitrário, o novo conhecimento adquire significados para o aprendiz e o conhecimento prévio fica mais rico, mais diferenciado, mais elaborado em termos de significados, e adquire mais estabilidade (ver por exemplo, Moreira, 1999). Sabemos, também, que o conhecimento prévio é, isoladamente, a variável que mais influencia a aprendizagem. Em última análise, só podemos aprender a partir daquilo que já conhecemos. Ausubel já nos chamava atenção para isso em 1963. Hoje, todos reconhecemos que nossa mente é conservadora, aprendemos a partir do que já temos em nossa estrutura cognitiva. Na aprendizagem significativa, o aprendiz não é um receptor passivo. Longe disso. Ele deve fazer uso dos significados que já internalizou, de maneira substantiva e não arbitrária, para poder captar os significados dos materiais educativos. Nesse processo, ao mesmo tempo que está progressivamente diferenciando sua estrutura cognitiva, está também fazendo a reconciliação integradora de modo a identificar semelhanças e diferenças e reorganizar seu conhecimento. Quer dizer, o aprendiz constrói seu conhecimento, produz seu conhecimento. (MOREIRA, p. 3).

Assim no que tange ao desenvolvimento de práticas pedagógicas adaptadas e diversificadas, ao atendimento às necessidades individuais dos estudantes, levando em conta a importância do planejamento e da avaliação formativa.

² No Brasil, Ausubel ficou conhecido pela sua Teoria da Aprendizagem Significativa, conforme evidenciam as publicações em livros, dissertações, teses e artigos em revistas especializadas ou na internet – muitas vezes referendado como “psicólogo da aprendizagem” ou “psicólogo da educação”, o que reduz suas contribuições a uma única dimensão. Essa redução constitui desatenção à originalidade de sua contribuição para os estudos sobre aprendizagem: a consideração ao processo de relação envolvido no aprender; ponto de vista que só poderia emergir de um olhar amplo, de alguém capaz de conviver com a dialética do ser biológico/afetivo/social que percebe, compreende, elabora e interage. A obra *The Psychology of meaningful verbal learning* (1968), de Ausubel, evidencia que essa teoria partiu da concepção de como o conhecimento vai sendo adquirido à medida que o ser humano se situa no mundo.

De acordo com as diretrizes do Ministério da Educação (2004), o projeto político-pedagógico de uma escola é o instrumento teórico metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer, para quem se vai fazer e como se vai fazer.

É nele que se estabelece a ponte entre a política educacional do município e a população, por meio da definição dos princípios, dos objetivos educacionais, do método de ação e das práticas que serão adotadas para favorecer o processo de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças e adolescentes.

Ao participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico, a ação de cada ator social que nela se encontra adquire novo significado, porque se passa a conhecer o que fazer, porque fazer, para que, para quem fazer e como fazer.

Sobre os desafios e superações na prática pedagógica inclusiva, vislumbramos sob a ótica de diversos teóricos que estes desafios possuem o condão de superar barreiras preconceitos, em conjunto com a família, a comunidade em geral e a formação continuada dos professores.

Assim segundo as diretrizes traçadas pelo Ministério da Educação, ao participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico, a ação de cada ator social que nela se encontra adquire novo significado, porque se passa a conhecer o que fazer, porque fazer, para que, para quem fazer e como fazer.

Nesta fase, mais importante que descrever a prática, é refletir sobre sua sistemática e consequências, à luz dos princípios e objetivos adotados para a escola.

Neste momento do processo é que se devem planejar os passos concretos a serem adotados nos aspectos sociopolíticos, administrativos e didático-pedagógicos, para concretamente diminuir a distância entre o que se quer e o que se tem.

O produto desse processo coletivo de construção deve ser registrado em documento formal, norteador da vida escolar durante o ano letivo.

Para Moreira (2006):

Se já sabemos o que é aprendizagem significativa, quais são as condições para que ocorra e como facilitá-la em sala de aula, o que falta aos professores para que possam promovê-la como uma atividade subversiva? Na verdade, nos falta muito. A começar pela questão da predisposição para aprender. Como provocá-la? Muito mais do que motivação, o que está em jogo é a relevância do novo conhecimento para o aluno. Como levá-lo a perceber como relevante o conhecimento que queremos que construa? Talvez devêssemos primeiro questionar nosso conceito de conhecimento. Mas antes é preciso esclarecer o que está sendo entendido aqui como aprendizagem subversiva: é aquela perspectiva que permite ao sujeito fazer parte de sua cultura e, ao mesmo tempo, estar fora dela. Trata-se de uma perspectiva antropológica em relação às atividades de seu grupo social que permite ao indivíduo participar de tais atividades mas, ao mesmo tempo, reconhecer quando a realidade está se afastando tanto que não está mais sendo captada pelo grupo. (MOREIRA, p.4)

O preconceito é um assunto imprescindível de ser considerado ao abordar o tema da educação inclusiva. As políticas, informações e orientações não são suficientes para a mudança de atitude dos educadores e dos alunos frente às minorias, seus alvos potenciais.

O preconceito é uma defesa que impede a experiência e se interpõe no relacionamento, além de produzir uma falsa generalização que rejeita argumentos vindos do contato com a realidade externa (Adorno, Horkheimer, 1985; Crochík, 1997).

Se entendermos o preconceito como manifestação individual cuja origem é social, podemos antever sua presença nas relações em sala de aula. Isso torna necessário um trabalho de conscientização dessas determinações presentes nas relações e de reflexão sobre as possíveis ações para sua superação.

Tal trabalho deve ser iniciado na formação do professor, o que reforça a necessidade de formação pedagógica do docente do ensino superior que contemple a reflexão sobre as atitudes frente às diferenças.

Essa reflexão revela-se tão importante quanto o domínio de conteúdos específicos das áreas de conhecimento, pois ambos os fatores podem ser decisivos para a efetividade das ações educativas.

A educação inclusiva pressupõe a participação coletiva na decisão das questões da sala de aula e da instituição escolar bem como a necessária flexibilidade na utilização dos recursos institucionais, humanos e materiais.

A possibilidade de o professor poder contar com o apoio dos colegas e de outros profissionais, de repensar a estratégia de aula, de rever o plano de ensino e de contar com a participação dos alunos e sua contribuição na resolução das questões específicas que se apresentarem é de importância fundamental numa proposta educacional voltada para a inclusão.

Mesmo considerando a especificidade das disciplinas, pode-se partir do pressuposto que todos os professores necessitam de um apoio institucional para realizar tais flexibilizações e mudanças, e, nesse sentido, é fundamental que os

objetivos ligados a cada curso nas IES³ estejam claros a todos aqueles que participam do seu desenvolvimento.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COMO FORMA INCLUSIVA

Segundo Silva (2019), falar em inclusão nos remete às discussões sobre o direito à igualdade e o direito à diferença. As sociedades são, por mais homogêneas que tentem aparentar, multiculturais em sua essência.

Não há país ou grupo social no qual todos os indivíduos sejam ou hajam da mesma forma, ou que professem a mesma fé, ou tenham as mesmas aspirações. Tanto nas suas ações cotidianas em busca da sobrevivência, como nas interpretações simbólicas da existência, os seres humanos são absolutamente únicos.

Um grupo se constrói por uma necessidade histórica de estar junto aos outros. Incluir, portanto, não significa homogeneizar, mas, ao contrário, dar espaço para a expressão das diferenças.

Uma diferença que se mostra não como desigualdade, mas como afirmação contundente do princípio de que todos são iguais no universo dos direitos humanos, da liberdade de expressão, da sobrevivência com dignidade e das oportunidades

CONCLUSÃO

A prática pedagógica para a aprendizagem significativa na educação inclusiva desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento pleno de todos os alunos, considerando suas características individuais, necessidades e potencialidades. A inclusão escolar deve ser encarada como um direito e um desafio a serem amplamente superados, por meio de práticas pedagógicas adequadas, que promovam a aprendizagem significativa e a valorização da diversidade.

Os educadores têm um papel crucial nesse processo, sendo responsáveis por criar um ambiente educacional inclusivo e propício ao aprendizado de todos os estudantes. Portanto, é necessário investir na formação continuada dos professores, na adaptação das práticas pedagógicas e na promoção de uma educação inclusiva de qualidade.

O olhar crítico para a história da humanidade revela, com muita clareza, que nenhuma sociedade se constitui bem sucedida, se não favorecer, em todas as áreas da convivência humana, o respeito à diversidade que a constitui.

Nenhum país alcança pleno desenvolvimento, se não garantir, a todos os cidadãos, em todas as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica.

A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

O direito a uma educação de forma igualitária é garantido pela Constituição Federal de 1988, para todos. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional de 1996, determinou que a educação brasileira deva se adequar para atender com qualidade todas as crianças, jovens e adultos sem quaisquer diferenças.

Isto significa também que precisam se atualizar e utilizar meios para construir um ambiente mais acessível em prol da garantia dos direitos assegurados pelas leis.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. (2004). Educação inclusiva: V. 3: A escola [Coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>
- Carvalho, R. E. (2005). Educação inclusiva: Do que estamos falando? Revista Educação Especial, 19-30.
- Ferrari, M. A. L., & Sekkel, M. C. (2007). Educação inclusiva no ensino superior: Um novo desafio. Psicologia: Ciência e Profissão, 27, 636-647.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2001). Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas.
- Malheiro, C. A. L., Schlunzen, E. T. M., & Saco, L. F. (Eds.). (2022). Acessibilidade e inclusão no ensino superior: Experiências, recursos e políticas públicas. Diadema: V&V Editora.
- Masini, E. F. S., & Moreira, M. A. (2017). Aprendizagem significativa na escola. Curitiba, PR: Crv.
- Moreira, M. A. (2006). Aprendizagem significativa subversiva. Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB.
- Neto, J. A. da S. P. (2006). Teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel: Perguntas e respostas. Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB.
- Silva, C. L., & Garcez, L. (2019). Educação inclusiva. A escola, 3.

³ É uma unidade de organização institucional no âmbito do ensino superior, pública ou privada, e que pode ser universidade, centro universitário, faculdade, instituto ou escola. Fonte: dicionário Google.